

FACULDADE SÃO JOSÉ
CURSO DE PEDAGOGIA

IRINÉIA COSTA PEREIRA ALVES
NACYRA LUCENA

**EDUCAÇÃO INFANTIL: O VALOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL
PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DA CRIANÇA.**

Rio de Janeiro

2018

EDUCAÇÃO INFANTIL (0 A 5 ANOS): O VALOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DA CRIANÇA.

CHILD EDUCATION (0 TO 5 YEARS): THE VALUE OF CHILD EDUCATION FOR THE GLOBAL DEVELOPMENT OF CHILDREN.

Irinéia Costa Pereira Alves

Professor (a) de Educação Infantil Graduanda em pedagogia

Nacyra Lucena

Professor (a) das Faculdades São José

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento global da criança. A pesquisa partiu da necessidade de se discutir a qualidade do trabalho, a participação familiar, a convivência e a oferta de espaços adequados e propícios para a formação das crianças de 0 a 5 anos. Desenvolvido através de leituras bibliográficas e pesquisa com responsáveis e profissionais, busca-se uma melhor compreensão do contexto em que está inserida a educação infantil. Desta forma a pesquisa faz um resgate histórico sobre o conceito da infância nas sociedades passadas, quando a criança era vista como uma miniatura de adulto até a atualidade verificando a garantia de direitos previstos na legislação vigente. Traz também um breve histórico sobre a educação infantil no Brasil, a prática pedagógica e a formação/ qualificação do Professor de Educação Infantil (PEI), destacando a relação entre o cuidar, o educar e o brincar, uma vez que o atendimento infantil ocorre de forma lúdica e dinâmica para que a criança possa alcançar o desenvolvimento global. O resultado da pesquisa aponta do ponto de vista dos responsáveis e dos profissionais de educação infantil, a relevância e a qualidade do atendimento à criança de 0 a 5 anos e a contribuição no pleno desenvolvimento da mesma.

ABSTRACT

This work has the main objective to analyze the importance of Early Childhood Education for the overall development of the child. The research was based on the need to discuss the quality of work, family participation, coexistence and the provision of suitable and suitable spaces for the education of children from 0 to 5 years. Developed through bibliographical readings and research with professionals and professionals, a search is made for a better understanding of the context in which children's education is inserted. In this way the research makes a historical rescue on the concept of childhood in past societies, when the child was seen as an adult miniature up to the present time verifying the guarantee of rights foreseen in the current legislation. It also presents a brief history about the education of children in Brazil, the pedagogical practice and the training / qualification of the Infant Education Teacher (PEI), highlighting the relationship between caring, educating and playing, since child care occurs a playful and dynamic way for the child to achieve global development. The results of the research point out from the point of view of those responsible and professionals of early childhood education, the relevance and quality of care for children from 0 to 5 years and the contribution in the full development of the same.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em infância, não podemos deixar de destacar a importância da Educação Infantil no desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos de idade. Sendo assim, como problema de pesquisa, questiona-se: Qual a importância da Educação Infantil no desenvolvimento global da criança?

Este estudo se justifica a partir do resultado da pesquisa com responsáveis e profissionais a cerca do desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos nas Creches e Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI).

O atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, que antes era visto como tendo caráter apenas médico e assistencial, perdeu por um longo período, até a Constituição Federal (1988) reconhecer este atendimento como dever do Estado; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) destaca a garantia dos direitos da criança e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), estabelece que as creches e pré-escolas são parte do Sistema educacional.

O desenvolvimento infantil depende das relações e dos vínculos estabelecidos. A criança tem o desejo de interagir e aprender com os outros indivíduos. Dessa forma, a aprendizagem pode acontecer na interação com as outras pessoas, sejam elas adultos ou crianças. Para Vygotsky (1987- p.101) “o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que de outra forma seriam impossíveis de acontecer”.

De acordo com o Referencial Curricular para a Educação Infantil, o atendimento deve primar pela qualidade das interações, considerar as diversidades culturais, sociais e ambientais para que a criança possa construir uma identidade autônoma e desenvolver todas as habilidades para uma vida social. Na Educação Infantil as crianças iniciam seu processo de construção de conhecimento, bem como social, cultural e emocional.

Como objetivo geral pretende apontar a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento global da criança de 0 a 5 anos, ressaltando a participação familiar efetiva e do atendimento profissional especializado. Como objetivos específicos a intenção é identificar a garantia de direitos e o impacto na formação globalizada nas crianças atendidas desde a educação infantil; realizar entrevistas com responsáveis e professores coletando dados que serão analisados e dispostos graficamente; refletir a cerca da educação infantil, repensando seu papel e a oferta de espaços especializados que proporcione um desenvolvimento pleno à criança de 0 a 5 anos.

Este estudo se justifica, pois, numa sociedade em que a obrigatoriedade da Educação Infantil é recente, logo faz-se necessário estudos que contribuam

com a aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), que estabelece que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, contribuindo com um desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, tornando-os capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos.

De acordo com HERMIDA(2009), o direito a educação é assegurado às crianças, por um lado pelo Estado, que enquanto tutor deve promover políticas que garantam aos cidadãos um mínimo de bem-estar, tendo a educação como principal componente; por outro lado a família, que diretamente devem assumir a responsabilidade pela criança. Segundo o mesmo autor:

“a educação é uma responsabilidade compartilhada [...] entre Estado e pais, uma vez que ambos são promotores ou representantes dos interesses ou dos direitos dos filhos e dos cidadãos, na medida em que são responsáveis diretos pela prestação ou concretização destes direitos.” (2009, p.53)

A Educação Infantil é direito de toda criança, assegurado por lei, no entanto, precisa ser vista com prioridade na elaboração de políticas públicas que garantam que a criança seja assistida por profissionais qualificados, com recursos pedagógicos adequados, além de uma infraestrutura que proporcione aprendizagem, conforto e bem estar, possibilitando o desenvolvimento integral.

A metodologia deste trabalho de pesquisa é quantitativa realizada através de uma pesquisa bibliográfica, documental e é qualitativa através da aplicação de um questionário em um grupo específico importante para a pesquisa e serão representados graficamente. Este artigo foi construído para identificar a relevância da Educação Infantil quanto à garantia de direitos e o impacto na formação globalizada do aluno. Se realmente há grande valor da Educação Infantil na formação global das crianças. Para alcançar os objetivos expostos nesse projeto, pretendemos realizar uma pesquisa com responsáveis e profissionais regentes da Educação Infantil, através de questionário e os dados

serão analisados graficamente, verificando-se o levantamento estatístico da pesquisa.

A pesquisa será realizada em uma escola pública do município do Rio de Janeiro, onde serão entrevistados 5 professores regentes de Educação Infantil, (PEI), 5 Agentes de Educação Infantil (AEI) e 10 responsáveis.

A pergunta norteadora desta pesquisa é de que maneira se pode provar que a educação infantil é de suma influência para o futuro aprendizado da criança.

Como hipótese, após essa pesquisa vejo que sim. A Educação infantil é a base de outras etapas da educação e uma base tem que ser eficaz e de boa qualidade. Tanto que nos últimos tempos houve várias discussões sobre o assunto e tudo sempre revisto e atualizado para se alcançar o melhor resultado possível no aprendizado das crianças.

Como relevância verifico que este trabalho de pesquisa servirá para toda e qualquer pessoa, seja ela profissional do meio ou até mesmo responsáveis em conhecer um pouco sobre a Educação Infantil no nosso país e o quanto ela se faz importante na vida da criança.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Infantil é uma etapa relevante na medida em que proporciona à criança se desenvolver integralmente.

Desta forma, fez-se um estudo bibliográfico e de legislações buscando analisar qual a contribuição do espaço escolar, da participação efetiva familiar e dos profissionais para o processo de formação da criança, pois esta necessita de orientação adequada de maneira que possibilite uma aprendizagem saudável e significativa. Sendo assim, cabe ao profissional interagir com a criança, orientar sua aprendizagem, bem como atendê-las de forma adequada, respeitando suas ações e limitações no mundo.

A Constituição Federal (1988), os Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança (MEC,1995),a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (MEC, 1998), entre outras legislações, são fundamentais para a compreensão das fases do desenvolvimento infantil e também para o entendimento de como deve ser o espaço ideal para que a criança alcance os objetivos. .

A Educação Infantil oportuniza a criança a se desenvolver de forma livre e prazerosa e o professor, um grande mediador aliado à família. Portanto é primordial que se esteja apto para que o trabalho em sala de aula na educação infantil vá muito além do cuidar. O profissional procura formas pedagógicas para alcançar o aluno de forma satisfatória e agradável.

O livro de Antunes (2004) nos conta um pouco como mudaram as concepções de educação infantil após a década de 60. Concepções de como o cérebro da criança aprende. Antes disso o cérebro da criança era visto como imutável onde nada poderia ser acrescentado. E hoje os cientistas comprovam que o cérebro atende sim a estímulos, de uma forma muito eficaz para a aprendizagem da criança em todos os sentidos, seja esta social, emocional, motora, de atenção, de linguagem, de ação. Que o brincar é imprescindível para o aprendizado. Brincando a criança se coloca em diversas situações, sensações que vão ajudá-la na construção de vários conhecimentos. Este livro nos conta também que a LDB, em 1996 em seu artigo 62, determinou que os professores fossem graduados, para atuar na educação infantil. E como isso é importante, a capacitação dos professores para auxiliarem seus alunos a chegarem o mais longe que puderem.

A Política Nacional de Educação Infantil (2006) documento preliminar que contém diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área, primeira etapa da educação básica. Sendo reconhecida como direito da criança, das mães e dos pais trabalhadores e como dever do Estado.

Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil (2000) documento criado depois de várias discussões de vários órgãos importantes da educação,

devido a grande quantidade de dúvidas geradas pelos artigos da LDB/96, relativa à Educação Infantil, e à sua especificidade, que envolve, além do âmbito da educação pública e privada, em várias esferas administrativas, outros âmbitos de atuação como o da Previdência e Assistência Social, impõe a necessidade deste Parecer por parte da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, enfatizando, em especial, os seguintes aspectos normativos: 1. Vinculação das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino; 2. Proposta Pedagógica e Regimento Escolar; 3. Formação de Professores e outros Profissionais para o trabalho nas instituições de Educação Infantil; 4. Espaços Físicos e Recursos Materiais para a Educação Infantil. Tais aspectos são relevantes em virtude da Educação Infantil, reconhecida como etapa inicial da Educação Básica, guardar especificidade em relação aos demais níveis de ensino, que se traduz na indissociabilidade das ações de cuidar e educar, em todos os âmbitos de atuação, o que inclui desde uma concepção de responsabilidade compartilhada entre família e poder público, definição de tipos de instituições, volume de serviços oferecidos, horários de funcionamento, até as ações que se desenvolvem diretamente com a criança. Essa especificidade implica na construção de uma identidade própria à Educação Infantil que reconhece, conjuntamente, as necessidades e interesses das crianças e suas famílias no contexto da modernidade.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), material para auxiliar na realização do trabalho educativo junto às crianças pequenas com 3 volumes. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo. Referências e orientações para as práticas pedagógicas.

Concepções e orientações Curriculares para a Educação Básica (2008). Documento com referências voltadas para toda a educação básica. Nesta publicação, estão reunidas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. São estas diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil é mais um documento que coloca a educação infantil como etapa com características únicas e de grande responsabilidade, respeitando a ludicidade, o brincar indispensáveis para as futuras aprendizagens.

HERMIDA E ALEXANDRE (2009). Apresentam vários artigos sobre o assunto abordado neste trabalho. Escolhendo um deles como apoio na minha pesquisa: Teoria e prática nos professores de educação infantil: o lúdico, a brincadeira e o movimento na práxis educacional. Este artigo levanta uma reflexão entre teoria e prática e na importância do lúdico, da brincadeira e do movimento nas ações pedagógicas da Educação Infantil.

Falando sobre a concepção abstrata de infância, KRAMER, Sonia. 1987 conta um pouco a história de como foi em vários momentos o atendimento à criança brasileira, levantando várias questões e críticas a Pré-escola no Brasil.

A mesma autora acima demonstra também em A política do pré-escolar: a arte do disfarce, um discurso dos em defesa de uma pré-escola de baixa qualidade para crianças consideradas carentes.

O artigo KUHLMANN Jr. Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899 – 1922). In: cadernos de pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001 apresenta e analisa as influências vigentes no processo de constituição das instituições pré-escolares no Brasil durante a Primeira República. No quadro do desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, as propostas de assistência à infância derivam de articulação de forças jurídicas, empresariais, políticas, médicas, pedagógicas e religiosas. As iniciativas de atendimento aparecem sustentadas por três interesses básicos(o médico-higienista, o jurídico-policial e o religioso), questionando-se a polarização entre assistencial e educacional: o assistencialismo é identificado como proposta educacional para a população pobre.

A obra KUHLMANN Jr, M. (2000). Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre. Mediação está dividida em oito capítulos que circunscrevem grande parte da trajetória acadêmica do autor e constitui-se

num minucioso estudo sobre educação infantil, abordando temas ligados à assistência e às políticas para os pequenos, entre outros.

.Este estudo se divide em três tópicos. O primeiro: " Conceito histórico da infância", faz uma abordagem histórica traçando uma linha do tempo de como era vista a infância nas sociedades passadas até a atualidade. Antigamente a infância era vista sem grande importância para a vida social e familiar, a educação era severa e disciplinar. Só no final do século XVIII que surgem as primeiras instituições para a infância. Atualmente verificamos um olhar diferenciado para a infância, os direitos da criança devem ser garantidos, a criação de espaços especializados para o atendimento de 0 a 6 anos devem ser ampliados , os profissionais que atendem esta faixa etária precisam ser qualificados e a família tem que cumprir seu papel e assumir sua responsabilidade junto à instituição escolar.

No segundo tópico, "os desafios da educação infantil", discute as questões relativas à qualidade da educação no que diz respeito ao Referencial Curricular e as leis que orientam, defendem e garantem esta qualidade, nesta perspectiva a criança é construtora da própria história e considerada sujeito histórico; define-se também a criação e a proposta do Espaço de Desenvolvimento Infantil(EDI), bem como a qualidade e a forma de atendimento; formação do professor.

O terceiro tópico "pesquisa de campo" comprova a importância da qualificação e formação do professor de educação infantil e sua função pedagógica, entendendo o trabalho docente como indispensável e de grande influência na formação cognitiva e social da criança. E relevância da Educação Infantil no desenvolvimento da criança.

Esta pesquisa traz como contribuição a todos que atuam na área de educação infantil um maior conhecimento quanto à sua importância no desenvolvimento global da criança, além de possibilitar uma maior clareza para um atendimento de qualidade, garantindo experiências estimuladoras que possibilitam a criança construir seu próprio conhecimento, considerando suas características e especificidades. Portanto, compete ao ensino infantil considerar que as crianças são diferentes entre si, implicando em uma

educação baseada em condições de aprendizagem, que as respeitem como pessoas singulares, apontando como fator imprescindível à formação profissional especializada, professores que compreendam a criança em sua totalidade.

Acredita-se que com a realização deste trabalho os conhecimentos serão ampliados, além de possibilitar a construção de uma prática educativa eficiente e um processo de profissionalização mais adequado.

CONCEITO HISTÓRICO DE INFÂNCIA

O período mais importante para o desenvolvimento da criança é de 0 a 5 anos, nesta fase a criança estabelece suas conexões com o mundo, conforme afirma Antunes (2004), p.9 " a criança precisa desenvolver-se plenamente nos aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, por meio de uma educação bem estruturada que atenda as necessidades da criança", todavia, nem sempre isto foi considerado, durante muito tempo a criança não era reconhecida, como um ser que precisava de cuidados e educação adequados para sua idade e /ou sua fase de desenvolvimento.

Rever a importância e a educação infantil no Brasil nos leva a compreender o contexto histórico-social e cultural no qual embasou o atendimento às crianças de 0 a 5 anos. Sendo o Brasil um país colonizado, a influência europeia é evidente em diversos aspectos.

Na Europa, do início a meados do século XIX, o atendimento à infância começava a ser feito em instituições, com modelos de organização baseados nas ideias que se tinha de infância, uma vez que as crianças eram vistas como adultos miniaturas. A implementação destas instituições esteve atrelado ao desenvolvimento da vida urbana e industrial e as condições de vida de um determinado grupo, principalmente mulheres e crianças. Assim, podemos afirmar que a história das instituições de educação infantil não pode ser compreendida ausente da história da sociedade e da família.

Kuhlmann(2001, p.81) destaca:

[...] A história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, em que o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história dos homens.

Para kuhlmann (2000), p.8, as instituições de educação infantil, propagadas a partir das influências dos países europeus, na transição do século XIX ao século XX, configuraram um conjunto de instituições modelares de uma sociedade civilizada. O autor (2000, 81) também afirma que as instituições de educação infantil surgiram da articulação de interesse jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos, o que determinou três influências na história das instituições infantis, ou seja, a jurídica - social, a médico- higienista a religiosa. Sendo assim, o autor mostra que a infância, a maternidade e o trabalho feminino, em conjunto com a questão econômica do processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial, configurou o contexto histórico no qual as primeiras creches se constituíram no Brasil.

Logo, o autor mostra que além dos conflitos de ideias, se articulavam propostas comuns em nome de uma modernidade que não a ameaçasse a manutenção de privilégios sociais, propondo uma cidadania limitada aos interesses dominantes. Percebe-se que o predomínio que o predomínio de justificativas para a expansão de uma educação compensatória, para equilibrar as carências e defasagens socioculturais da classe trabalhadora, serviram para camuflar o interesse pela infância brasileira que visava atender aos desejos de uma nova sociedade que estava se formando e não puramente para o bem estar da criança. Assim o atendimento à infância passa a demarcar um tempo de submissão e constituição de novos sujeitos, de uma nova criança: aquela a ser escolarizável (Kuhlmann Jr, 2000).

Em 1879 temos registros de uma das primeiras creches no Brasil, conforme mostra kuhlmann (2000), em um artigo de jornal, intitulado A creche

(asilo para a primeira infância). Diferente da proposta europeia, onde a creche foi criada para a ampliação do trabalho industrial feminino, no Brasil a creche é apresentada a na nova instituição para a solução dos problemas trazidos pela Lei do Ventre Livre, com a educação das crianças, filhos de escravos. Somente no período republicano, quando as fábricas e indústrias ganharam maior impulso, outras instituições foram sendo inaugurados para atender as crianças, filhos de trabalhadores e operários, sendo São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal precursores desta proposta:

No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920 a Legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, presencialmente junto às fábricas que oferecesse local e alimento para as crianças. As poucas empresas que se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches (Kuhlmann, 2000, p.8).

No Brasil escravista, a criança escrava entre 6 e 12 anos já começa a fazer pequenas atividades como auxiliar. A partir dos 12 anos já era vista como adulto tanto para a vida sexual quanto para o trabalho. A criança branca, a partir dos seis anos, iniciava os primeiros estudos de gramática, matemática e boas maneiras e vestia os trajes como adultos. As primeiras iniciativas voltadas para as crianças tinham caráter higienista. O trabalho era realizado por médicos e damas beneficentes, e era voltado contra o alto nível de mortalidade infantil, que era atribuída aos nascimentos ilegítimos da relação entre escravas e senhores e a falta de informação física, moral e intelectual das mães. Com a Abolição e a Proclamação da República, a sociedade abre as portas para uma nova sociedade, tomada de ideias capitalista e urbana- industriais. Neste período o país era dominado pela intenção de determinados grupos de diminuir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto ao problema da criança.

Segundo Kramer (1992, p.23), eram objetivos da época:

[...] elabora leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar o serviço das amas de leite; velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças

pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar maternidades, creches e jardins de infância.

No Brasil o surgimento das creches foi diferente do resto do mundo. Enquanto na Europa, a creche servia para as mulheres terem condição de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam pra atender tanto as mães que trabalhavam nas indústrias, quanto os filhos das empregadas domésticas. As creches populares atendiam somente o que se referia à alimentação, higiene e segurança física. Eram denominadas de Casa dos Expostos ou Roda.

Em 1919, foi criado o Departamento da Criança no Brasil, cuja responsabilidade seria do Estado, porém foi mantido com doações. Este Departamento tinha como função: realizar história sobre a situação a proteção à infância no Brasil; fomentar iniciativas de amparo a criança e à mulher grávida pobre; publicar boletins; divulgar conhecimentos; promover congressos, concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil.

Na década de 1930, com o estudo da situação do bem estar social e aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais, bem como a centralização de poder. Nesse momento a criança passa a ser valorizada como um adulto, porém sem vida social ativa, surgem também vários órgãos de amparos assistencial e jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança, em 1940, o Instituto Nacional de Assistência, 1942, Projeto Casulo, entre outros. Foi um período marcado pela forte centralização política e financeira, acentuada fragmentação institucional, exclusão da participação social e política nas decisões, privatizações e uso do clientelismo.

Entre as décadas de 1960 e 1970, surge um período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência, etc. Na educação, o nível básico é obrigatório e gratuito, como costa na Constituição. Há a extensão obrigatória para oito anos desse nível em 1971. Neste mesmo ano, a lei 5.692/71 traz o princípio de municipalização do ensino

fundamental. Contudo, na prática, muitos municípios carentes começam esse processo sem a ajuda do Estado e da União.

Em 1970, ocorre uma crescente evasão escolar e repetência das crianças das classes pobres no primeiro grau. Por causa disso foi instituída a educação pré-escolar (chamada educação compensatória) para crianças de 4 a 6 anos para suprir as carências culturais existentes na educação familiar de classe baixa. Todavia a pré-escola não possuía caráter formal, a mão de obra, geralmente era voluntária, não havia contratação de professores qualificados e a rotatividade de funcionários era grande.

Sendo tratada por diversos órgãos, percebemos que a educação era fragmentada. Diante desse quadro a maioria das creches públicas prestava um atendimento assistencialista que consiste na oferta de alimentação, higiene e segurança física, contudo esta prestação se dava de forma precária e de baixa qualidade, enquanto as creches particulares desenvolviam atividades educativas, voltadas para aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Constatava-se um maior número de creches particulares devido a privatização e a transferência de recursos públicos para setores privados.

Na década de 1980, os problemas referentes à educação pré-escolar são: ausência de uma política global e integrada, falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde; insuficiência de docente qualificado; escassez de programas inovadores e falta da participação familiar e da sociedade.

Conforme a Constituição de 1988, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, sendo dever do Estado e integrada ao sistema de ensino, tanto as creches como as escolas. A partir daí as creches e as pré-escolas são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado e direito da criança. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico pertencente a determinada classe social e cultural.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.060/1990, os municípios são responsáveis pela infância e adolescência, criando as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da criança e do Adolescente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece definitivamente, o vínculo entre o atendimento as crianças de 0 a 6 anos e a educação.

Define que é competência do sistema municipal de ensino o cuidado necessário para institucionalização da educação infantil em seus respectivos territórios, para as creches e pré-escolas se enquadrarem, no prazo máximo de três anos (art.89), nas normas da LDB, 9.394/96, isto é, componham o 1º nível da educação básica (exigência do inciso I, art. 21), providenciando sua autorização e exigindo de seus professores a habilitação legal em curso Normal (nível médio) e de nível superior (art. 62).

Já o Referencial Curricular Nacional (RCN) de Educação Infantil (1998), a educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (título V, Cap.II, seção II, art. 29), tendo como base o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade. Conforme o título III, do direito à Educação e do Dever de Educar, art.4º [...] atendimento gratuito, em creches, para crianças de 0 a 3 anos, e na pré-escola para as crianças de 4 a 6 anos, considerando-as instituições de Educação Infantil. A distinção entre ambas é feita apenas pelo critério da faixa etária.

O RCN para a Educação Infantil é organizado da seguinte forma: são 3 volumes- I- Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de instituição e do profissional, definindo os objetivos gerais da Educação Infantil e orientando a organização dos documentos; II- Relativo a Formação Pessoal e Social, cujo trabalho favorece o processo de construção da Identidade e da Autonomia; III- Relativo ao Conhecimento de Mundo, que orienta o trabalho para a construção de diferentes linguagens (Movimento, Música , Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática).

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para que a educação possa contribuir para a efetivação da cidadania, é preciso entendê-la enquanto direito, garantindo que a educação deve ocorrer integralmente e não apenas como possibilidade de acesso à escola, pois para que essa contribua com o exercício da cidadania de forma geral, precisa ser organizada de forma a possibilitar que seus alunos usufruam de todas as possibilidades de acesso, aquisição e desenvolvimento de novos conhecimentos para o exercício de seus direitos e deveres.

Eis o desafio! Diante das propostas teóricas que norteiam o ensino e o aprendizado da criança, dentre eles a teoria construtivista, que deveria ser introduzida e trabalhada de forma eficaz dentro do aprendizado infantil, da prática do educador infantil, bem como da qualidade da sua formação, garantindo a promoção do conhecimento e da aprendizagem, do conhecimento do universo da criança, de suas características e potencialidades, reconhecendo seus limites para o desenvolvimento pleno da sua identidade e conquista da autonomia.

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias.

Organizar a Educação Infantil para o desenvolvimento integral da criança passa necessariamente por discutir e compartilhar com a sociedade e com a família, as finalidades da Educação Infantil na consideração nas formas como as crianças, nesse momento de suas vidas, vivenciam o mundo, constroem conhecimentos, expressam-se, interagem e manifestam desejos e curiosidades de modo bastante peculiares (CNE/CEB nº 20/2009).

A relação com as famílias é primordial. É preciso que as famílias entendam que a escola é um espaço público que precisa contar com o compromisso de todos para seu pleno funcionamento.

As dificuldades referentes à relação escola-família são decorrentes da maneira como pais e educadores se percebem neste processo. Geralmente, ao matricularem seus filhos na escola, os pais esperam que as crianças sejam cuidadas, que se desenvolvam e adquiram conhecimentos. Essas expectativas podem variar de acordo com a posição social da família, sua concepção de escola e sua expectativa quanto ao futuro dos filhos.

Para vencer essas dificuldades, uma boa saída é estimular a participação das famílias com respeito ao trabalho desenvolvido pela instituição escolar. Faz-se necessário que a escola valorize a participação da família e crie formas possíveis de comunicação entre todos.

No parecer CNE/CEB nº20/2009 destaca-se que:

Outros pontos fundamentais do trabalho com as famílias são propiciados pela participação destas na gestão da proposta pedagógica e pelo acompanhamento partilhado do desenvolvimento da criança.

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e garantir experiências que promovam o desenvolvimento global da criança.

Nas últimas décadas, o atendimento voltado para a primeira infância ganhou projeção nas discussões sobre Educação, no Brasil e no mundo. Hoje a criança é reconhecida como sujeito de direitos, com necessidades específicas e não mais como um adulto em miniatura. Precisamos entender o desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida sob os pontos de vista: individual, familiar e social.

Na primeira infância desenvolve-se gradativa, porém rapidamente, adquirindo habilidades e experiências que lhe permitirão reconhecer e buscar oportunidades de aprendizagem, interações e ações no mundo. Entendendo a importância da Educação Infantil e considerando a demanda atual, a SME-Rio elaborou um planejamento estratégico para gerar vagas, em creches e em pré-escolas, ao longo de três anos. A proposta da criação dos Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDI) está centrada na criação de unidades que abrigam tanto a creche quanto a pré-escola em um mesmo ambiente físico. Essa iniciativa possibilita a permanência da criança em um grupo de colegas em uma mesma unidade durante a Educação Infantil, facilitando assim o monitoramento do seu desenvolvimento e crescimento ao longo deste percurso. Os principais pilares do EDI são: junção da creche e pré-escola, sala de primeiros atendimentos, biblioteca infantil e atendimento em período integral.

Relacionado à qualidade de atendimento a SME criou também o PIC, "Programa Primeira Infância Completa", em parceria com as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde e Defesa Civil para atender às crianças de 3 meses até 3 anos e 11 meses que ainda não estão matriculados nas creches; As Orientações Curriculares para Educação Infantil foram desenvolvidas para auxiliar o trabalho pedagógico com crianças em creches e pré-escolas da rede pública da cidade do Rio de Janeiro, em atendimento por período parcial e/ou integral. Esse documento tem como meta principal reforçar a importância do planejamento pedagógico das rotinas diárias bem estruturadas e pertinentes, das atividades diversificadas tendo como foco as relações entre as crianças e crianças e educadores.

O EDI é um modelo público, de atendimento à primeira infância e tem como objetivo principal realizar atendimento educativo às crianças entre 3 meses e 5 anos e 6 meses, por meio de uma proposta pedagógica que reconheça e valide a integralidade da criança, isto é, as suas necessidades físicas e de crescimento psicológicas e emocionais, educativas e cognitivas, assim como seus desejos e interesses.

A profissão docente da Educação infantil surgiu, no Brasil, sem exigências de formação. Antes das mudanças ocorridas no sistema educacional, no final do século XX, a atenção e o cuidado das crianças alheias ao seio da família eram dispensados por amas de leite, mães mercenárias, ou pessoas sem qualquer preparação para o trato infantil.

Após a criação da LDB, reconheceu-se a necessidade da formação adequada ao docente de Educação Infantil, em virtude das especificidades que deveriam ser contempladas no atendimento de crianças de 0 a 6 anos.

O PROINFANTIL (*apud* SOUZA 2012) é um Programa de Formação Inicial para professores em exercício para a Educação Infantil, foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com Estados e Municípios e está voltado para a formação e titulação dos professores que atuam nas instituições de Educação Infantil, na modalidade de ensino à distância. A Secretaria Municipal, em parceria com os governos do Estado e Federal implementou este curso de formação para Agentes Auxiliares de Creche, que atualmente são chamados de Agentes Auxiliares de Educação Infantil (AAEI) e auxiliam o trabalho dos Professores de Educação Infantil (PEI). Este recurso, em nível médio, na modalidade Normal, que proporcionará aos professores sem a habilitação mínima exigida pela legislação vigente e que atuam como docentes nas instituições de educação infantil, o domínio dos conteúdos do ensino médio, e a formação pedagógica, necessários para a melhoria da qualidade de sua prática profissional, (MEC, 2005, Pág.5). O curso conferia diploma para o exercício da docência na Educação Infantil.

É importante valorizar o profissional de Educação Infantil e qualifica-lo para sua atuação docente. É essencial que sua formação parta da sua pesquisa reflexiva sobre a área de atuação docente, onde é convidado a optar por uma educação de qualidade que o faça transmissor e mediador do conhecimento infantil. Deve-se considerar que esse profissional irá trabalhar diretamente com a criança e, em um período de total importância para a infância, este deve atingir as necessidades, o que requer uma formação mais transformadora e eficaz, de competência.

De acordo com a LDB (Título V- Capítulo II, Seção II, art.29) "a educação infantil parte da educação básica, considerada primeira etapa desta e tendo como a finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos, o que dá prioridade para que os profissionais que atuam na área também passem por formulações profundas, pois a educação atual exige algo diferenciado desse docente. Sendo assim, há a necessidade de uma formação continuada e abrangente, sem perder o que se exige da faixa da criança e suas especificidades, sua identidade e participação na construção do saber. As exigências são imprescindíveis na atuação profissional da educação infantil, com isso fica estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases em relação à Educação Infantil:

Art.62- A formação de docentes para atuar na educação básica faz-se em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, [...] como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. (BRASIL, 1996).

É necessário que o educado se veja como contribuidor da educação em todos os seus aspectos. De acordo com pesquisas realizadas pelo MEC em 2000, foi possível diagnosticar que ainda existem lacunas quanto a esta formação. Observa-se que no Brasil estes problemas iniciam-se através do isolamento das escolas diante deste grande objetivo que é a qualidade na educação

Faz-se necessária uma revisão profunda dos diferentes aspectos que interferem na formação inicial de professores, tais como a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que a resposta às necessidades da atuação do professor, os processos formativos que envolvem aprendizagem e desenvolvimento das competências do professor, a vinculação entre as escolas de formação inicial e os sistemas de ensino. (BRASIL, 2000, p.12).

O que se complementa e consolida é a realização de um trabalho tríplice dentro da educação, é a junção entre família, comunidade e escola, se

denominando como urgente a formação tanto inicial quanto continuada do educador, respondendo assim às necessidades educacionais visando um novo e moderno perfil do educador infantil, ele que será capaz de auxiliar o aluno para que construa sua identidade, história e cidadania, capaz de se desenvolver em todos os aspectos os quais o denominam como construtor da aprendizagem e da história é preciso que a educação e o profissional sejam algo novo que garantam como um bom articulador e mediador da aprendizagem capaz de atender a criança em todas as suas necessidades de conhecimento.

As Diretrizes ainda defendem para a formação deste profissional:

Aspectos que tornam essa formação bastante abrangente no que diz respeito aquilo que se espera de um professor de educação básica, ao mesmo tempo em que buscam garantir a especificidade da educação que acontece nas várias etapas e modalidades desse nível educacional. (BRASIL, 1998, p.40).

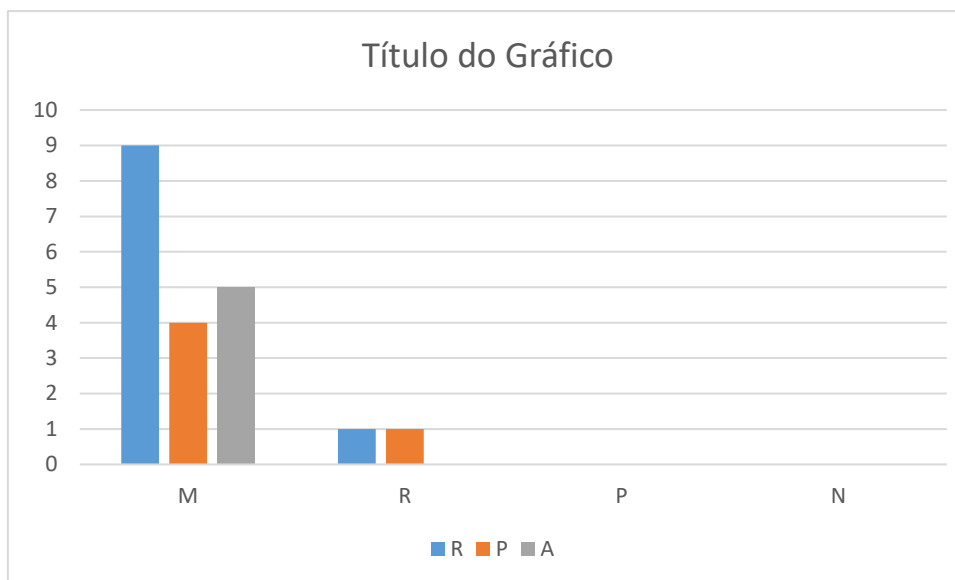
Com esta afirmativa destacamos a importância da formação desse professor que atua com as crianças, para organizar os espaços infantis, de forma a favorecer interação entre as crianças e delas com os adultos, tornando presente a ludicidade no trabalho desenvolvido.

PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa contou com a participação de 10 responsáveis, 5 professores e 5 agentes :

Pergunta 1 – Como você considera o desenvolvimento da criança matriculada na creche e Educação Infantil, em relação ao desenvolvimento de uma criança não matriculada?

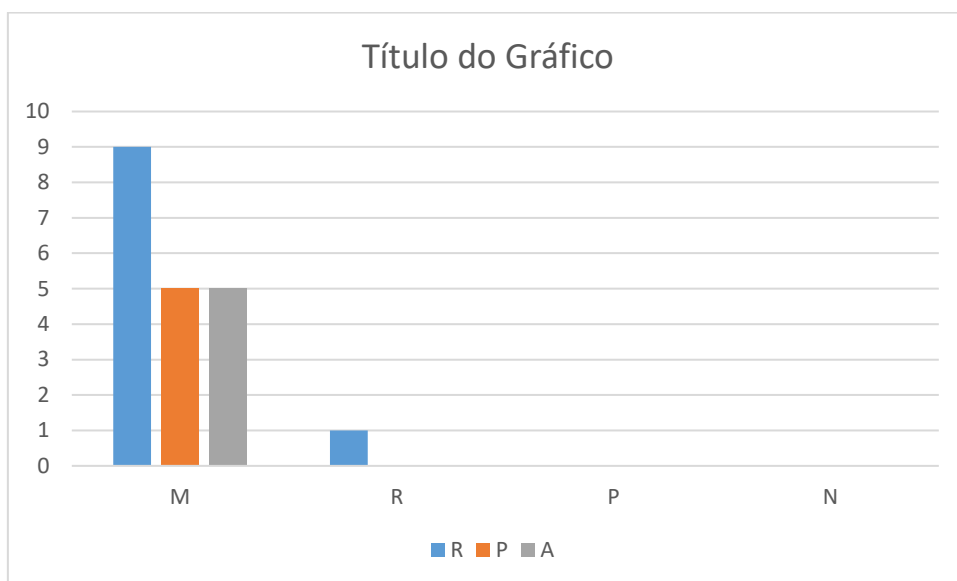
	M	R	P	N
R	9	1	0	0
P	4	1	0	0
A	5	0	0	0



Foi mostrado pela pergunta que 18 dos 20 entrevistados consideram que o desenvolvimento da criança matriculada na creche ou EDI, é muito relevante em relação à criança não matriculada. A criança matriculada vivencia experiências pedagógicas que direcionam seu desenvolvimento e a convivência com outras crianças possibilitam a socialização.

Pergunta 2 – Qual a importância do atendimento à criança de 0 a 6 anos nas creches e Espaços de Educação Infantil, quanto ao desenvolvimento global da criança?

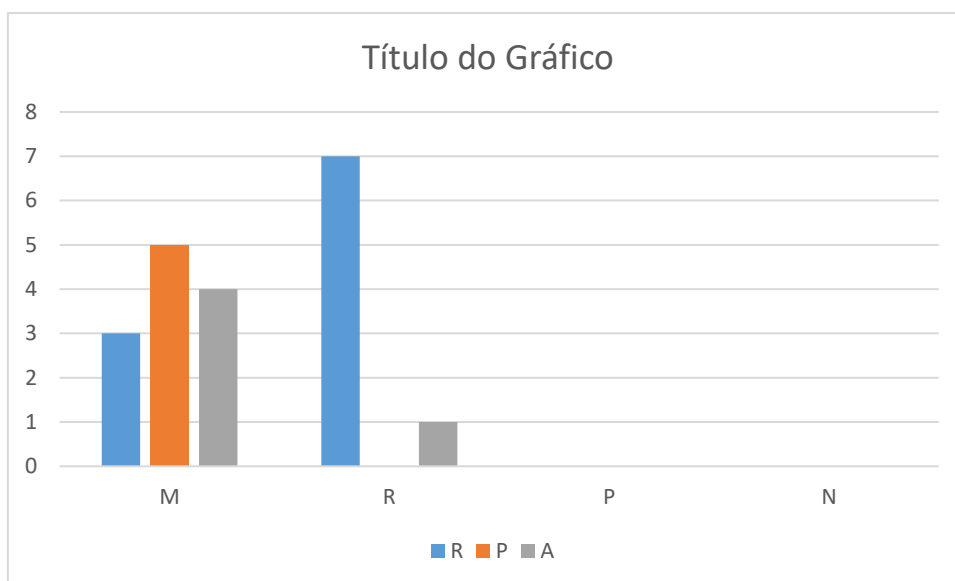
	M	R	P	N
R	9	1	0	0
P	5	0	0	0
A	5	0	0	0



Assim com esta pergunta 19, dos 20 entrevistados consideram importante o atendimento à criança de 0 a 6 anos nas creches e Edis, com projetos elaborados coletivamente, com flexibilidade e culturalmente engajados com as crianças e suas relações.

Pergunta 3 – Como você define a participação efetiva da família na escola?

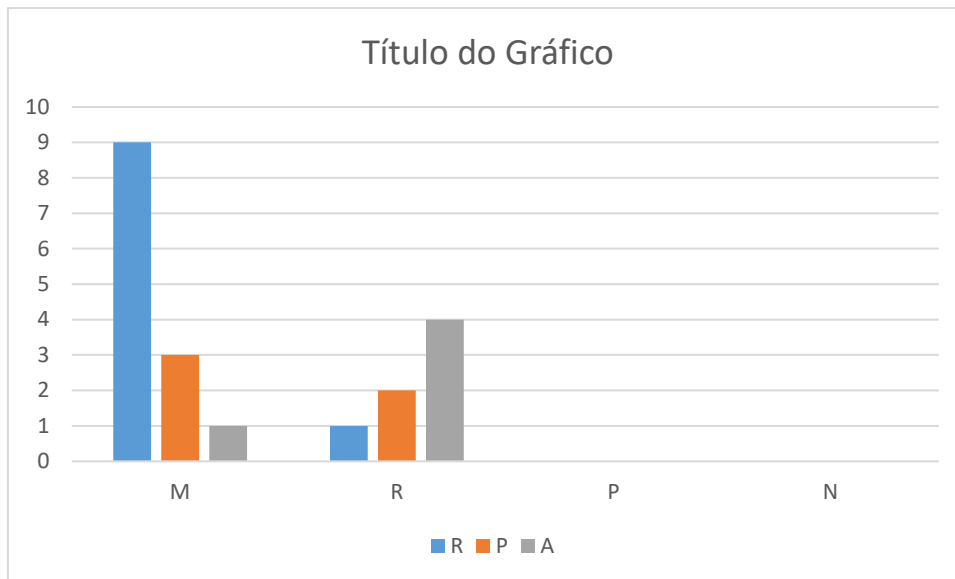
	M	R	P	N
R	3	7	0	0
P	5	0	0	0
A	4	1	0	0



Conclui-se que como 12 dos 20 entrevistados responderam que a participação efetiva da família é muito importante, comprovamos que quanto mais as famílias se envolvem ativamente na vida escolar da criança, mais ela aprende. A participação familiar auxilia também na disciplina e na valorização da educação como agente transformador na vida social e profissional.

Pergunta 4 – A infraestrutura escolar e os recursos pedagógicos são adequados para o desenvolvimento global da criança?

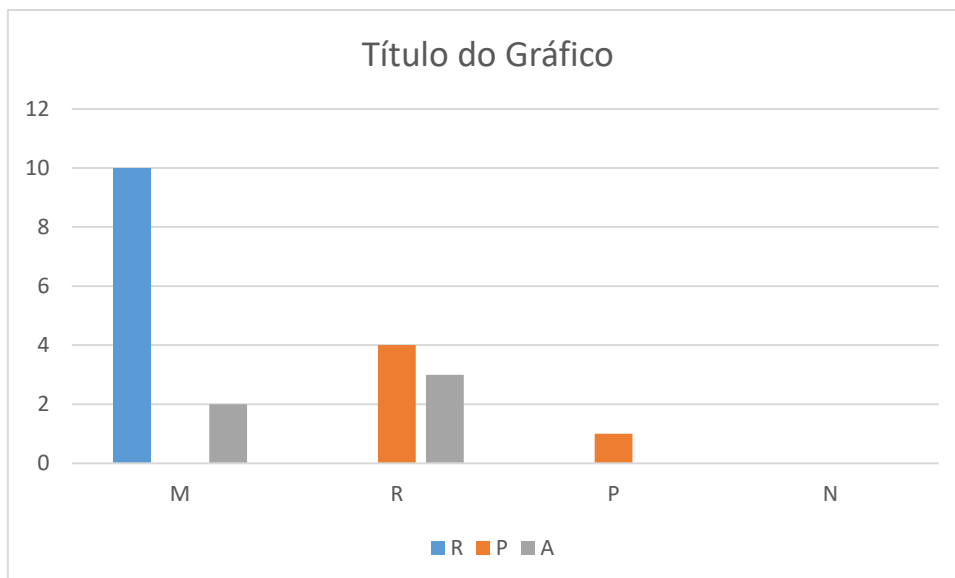
	M	R	P	N
R	9	1	0	0
P	3	2	0	0
A	1	4	0	0



Percebemos assim com 13 dos 20 entrevistados considerando a infraestrutura e os recursos pedagógicos adequados, para o desenvolvimento global da criança. Para que haja a possibilidade da aprendizagem e desenvolvimento a infraestrutura e os recursos pedagógicos devem ser adequados e bem utilizados pelos profissionais.

Pergunta 5 – O quantitativo e a qualificação dos profissionais que atendem às crianças são adequados?

	M	R	P	N
R	10	0	0	0
P	0	4	1	0
A	2	3	0	0



Assim tendo 12 entre 20 entrevistados considerando o quantitativo e a qualificação dos profissionais que atendem às crianças matriculadas nas creches e Edis, plenamente adequados, fica comprovado que é necessário que o educador se perceba como contribuidor da educação em todos os aspectos, que construa uma educação pluralística pela cidadania do aluno na infância, que aprenda com os desafios e busque diariamente o sucesso.

Através da pesquisa realizada neste estudo, fica comprovada a necessidade da Educação Infantil de qualidade para aprimoramento do conhecimento e ampliação das experiências nos diferentes aspectos. Além de esclarecer acerca do desenvolvimento global da criança, da participação familiar, da qualidade do espaço e da qualificação profissional, a pesquisa aponta a sua importância de um olhar mais sensível junto à criança, e , sobretudo, o desenvolvimento de trabalho pedagógico que possibilitará a integração a socialização da mesma no ambiente escolar e social.

.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurou-se tratar do valor da Educação Infantil para o desenvolvimento global da criança de 0 a 5 anos de idade, atendidas no Espaço de Educação Infantil (EDI), buscando elencar de maneira específica a trajetória da educação na infância no Brasil; a garantia de direitos e as diretrizes especificadas na legislação em vigor, bem como sua contribuição para o desenvolvimento infantil.

A Educação Infantil desempenha um papel importante no desenvolvimento da criança, em seus primeiros anos de vida, permitindo uma maior participação na sociedade, interagindo e conhecendo sua identidade, autonomia, aprendizagem e especificidade.

Através da pesquisa realizada neste estudo, fica comprovada a necessidade da Educação Infantil de qualidade para aprimoramento do conhecimento e ampliação das experiências nos diferentes aspectos.

Além de esclarecer acerca do desenvolvimento global da criança, da participação familiar, da qualidade do espaço e da qualificação profissional, a pesquisa aponta a sua importância de um olhar mais sensível junto à criança, e, sobretudo, o desenvolvimento de trabalho pedagógico que possibilitará a integração, a socialização da mesma no ambiente escolar e social.

Foram analisados os questionamentos do ponto de vista profissional e familiar, respeitando os diferentes ângulos, esperando um melhor reconhecimento da educação infantil, não só como direito da criança, mas também pelo fato de possibilitar o seu desenvolvimento e aprendizado global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Moysés. As formulações de Vygotsky sobre a zona de desenvolvimento proximal. (1987- p.101). Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/1466/1869>. Acesso em 25/11/2018.

ANTUNES, C. Educação Infantil: Prioridade imprescindível. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 DOU de 16/07/1990 - ECA. Brasília, DF.

BRASIL. MEC/SEF/CIEDI. Política Nacional de Educação Infantil: Pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília, DF. 2006.

BRASIL. MEC/SEF/COEDI. Diretrizes operacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Concepções e orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil. Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 2008.

BRASIL. MEC/SEF. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer CNE/CEB 22/1998. Brasília, DF. 1998.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.397/1996. Brasília, DF. 1996.

BRASIL CNE - Conselho Nacional de Educação - Portal do MEC. Parecer CNE/CEB nº 20/2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

HERMIDA, Jorge Fernando, ALEXANDRE, Walmyra Medeiros. Teoria e prática nos professores de Educação Infantil: O lúdico, a brincadeira e o movimento na práxis Educacional. Maceió, AL. 2009.

KRAMER, Sonia. A infância e a formação de profissionais para a educação. 1987. Disponível em [http://cac-
php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/80.pdf](http://cac.php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/80.pdf). Acesso em 25/11/2018.

KRAMER, Sonia. A política do pré- escolar: a arte do disfarce. 5ª ed. São Paulo. Cortez, 1992.

KUHLMANN Jr. Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899_1922). In: cadernos de pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

KUHLMANN Jr, M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre. Mediação(2001).

SOUZA, Marina Pereira de Castro. O PROINFANTIL e a formação dos agentes auxiliares de creche do Município do Rio de Janeiro. 2012. Disponível em http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-1895_int.pdf. Acesso em 25/11/2018.